

Congresso deve votar proposta na 2ª feira

CÉSAR FONSECA

O Congresso Nacional deverá votar, na próxima segunda-feira, a proposta da Comissão Mista de Orçamento, que prevê uma nova fórmula de pagamento da dívida externa estadual com aval do Governo Federal. Somente será paga, de acordo com a proposta, a dívida a vencer — principal e juros — em 1989, observado o seguinte escalonamento:

1 — os Estados devedores de até 300 milhões de dólares estarão isentos, ou seja, poderão financiar 100 por cento do total da dívida a vencer, no próximo ano;

2 — de 300 milhões de dólares a 500 milhões de dólares financia-se 90 por cento e paga-se somente 10 por cento;

3 — de 500 milhões de dólares a 1 milhão de dólares financia-se 80 por cento e paga-se 20 por cento;

4 — de 1 milhão de dólares em diante financia-se

75 por cento e paga-se 25 por cento.

Amanhã, das 14 às 18 horas, será apresentado o parecer do relator geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), contendo essa nova proposta; no domingo, no mesmo horário, haverá discussão da matéria e recebimento de pedidos de destaques, os quais poderão ser apresentados apenas por membros da comissão, e na segunda-feira, das 9 às 12 e das 14 às 18 horas, a matéria será votada, através de pedidos de destaques.

DERROTA

A nova proposta apresentada, ontem, pelo presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), representa uma dura derrota para o Governo. Pela proposta apresentada por este, inicialmente, prevendo o pagamento de 25 por cento do total da dívida vencida e

a vencer, no próximo ano, estimava-se uma arrecadação de Cz\$ 550 bilhões. Ela revelou-se inverossímil pela totalidade dos governadores. A alternativa a ser encaminhada pela Comissão reduzirá a receita para algo em torno de Cz\$ 110 bilhões. Ou seja, uma perda de receita de Cz\$ 440 bilhões.

Para cobrir essa defasagem, que representará menos de 1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 1989, em torno de Cz\$ 62 trilhões, a Comissão sugerirá ao Governo que promova transferência de recursos do Banco Central para o orçamento e reduza os recursos destinados às operações de créditos. Entre estas destacam-se recursos destinados ao setor exportador, o que mais se beneficia de recursos subsidiados da União. Ficarão de fora os recursos subsidiados garantidos à Sudene e à Sudan, de interesse dos Estados do Norte e do Nordeste.